

**Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão de Territórios Rurais N°. 05/2009 processo  
554408/2010-4**

**Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha**

**Célula do Território do Médio Jequitinhonha-MG**

**Equipe da Célula:**

Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro - Coordenador do projeto

Eduardo Charles Barbosa Ayres, técnico da Célula

Alini F. Bicalho Noronha, Eng. Agrônoma, Msc em Administração

Prof.a Dr.a Flávia Maria Galizoni – Antropóloga ICA/UFMG

Prof.a Msc Ana Paula Gomes de Melo – Administradora, ICA/UFMG

Alice Assis Carvalho – Economista doméstica, Msc em Agroecologia

Roberto Cardoso de Moura - Eng. Agrônomo, Msc em Agroecologia

Thiago Marçal Borges Moreira - Eng. Agrônomo

Adriano Batista da Silva – Bolsista Extensão UFMG, graduando em Engenharia Florestal

Alba Souza Santos - Bolsista FAPEMIG, graduanda em Agronomia

Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida - Bolsista CNPq, graduanda em Administração

Ana Luiza Tauffer Caldas - Bolsista Pibit, graduanda em Engenharia Florestal

Géssica Almeida de Jesus - Bolsista Extensão UFMG, graduanda em Administração

Karla Lorrane de Oliveira - Bolsista Extensão UFMG, graduanda em Eng. Agrícola e  
Ambiental

Nathália Martins de Oliveira – graduanda em zootecnia

Tiago Rocha Santos - Bolsista CNPq, graduando em Agronomia

Vinícius Fernando Cardoso Niza - Bolsista Extensão, graduando em Eng. Agrícola e  
Ambiental

## **RELATÓRIO SETEMBRO 2011**

### **SUMÁRIO**

#### **Introdução**

- 1. Contextualização**
- 2. Identidade Territorial**
- 3. Capacidades Institucionais**
- 4. Gestão do Colegiado Territorial**
- 5. Avaliação de Projetos**
- 6. Análise de ICV e de Indicadores do Território**
- 7. Análise Integradora de Indicadores e Contexto**
- 8. Propostas e ações para o Território**

#### **Bibliografia**

## **Introdução**

Neste relatório são analisados vários, mas não todos os temas sugeridos pela SDT/MDA. Alguns produtos passaram por análise mais elaborada, outros menos, e a tendência da equipe de trabalho tem sido seguir o fluxo de demandas que emergem nas reuniões do Território. Os dados a seguir refletem este procedimento. Assim, os itens (1) e (6) foram mais demandados, e portanto apresentam análises mais detidas; os itens (2), (3) e (4) foram analisados mais ligeiramente. O item (5) é bastante controverso no Território, ainda faltam levantamentos pois alguns projetos não foram implementados, de forma que sua análise aprofundada fica para outra oportunidade; o mesmo vale para o item (7). Quanto às propostas e ações para o Território, esta equipe tem sido bastante demandada por encomendas específicas que emergem do Fórum Territorial; várias delas, principalmente no que toca às capacitações, tem sido supridas. As demais estão planejadas para serem executadas nos próximos meses.

## 1. Contextualização

O vale do Jequitinhonha é um desafio para os programas públicos de desenvolvimento desde, pelo menos, os anos 1970. Nessa época se começou a perceber grandes diferenças - em termos de PIB, renda, alfabetização, saúde - entre os indicadores desta e das demais regiões de Minas Gerais e do país. Isto conduziu praticamente a uma estigmatização do vale do Jequitinhonha: passou a ser conhecido como o lugar da pobreza por excelência, um exemplo de *atraso e carência*.

O vale do Jequitinhonha é dividido em áreas bem marcadas. O alto Jequitinhonha, coberto por cerrados em todas as suas gradações - campo limpo, campo sujo, cerrado estrito senso e cerradão - que recebem, como em toda a região onde há esta vegetação, denominações locais: *campos, carrascos, catingas e capões*. A paisagem também tem especificidade: grandes chapadas, de altitudes que variam entre 900 a 1000 metros, entrecortadas por depressões profundas de vales que na região são conhecidas como *grotas*. Chapadas e grotas formam um par de oposições, sendo a primeira quase estéril e mais úmida, com precipitações anuais entre 1200/1400 mm, e o fundo da grota muito fértil e mais seco, com médias de 600/800 mm/ano de pluviosidade; a grota é o lugar da moradia e lavoura de agricultores familiares, e a chapada é área de *soltas* de animais e plantio de eucalipto de grandes empresas. Chapadas são extensos planaltos, geralmente cobertas por vegetação de campo e campo sujo, com terrenos de escassa fertilidade, as grotas são as vertentes, em cujo fundo correm as águas de córregos e rios; a fertilidade da terra da grota tende a ser crescente quanto mais próxima do fundo dos vales, que quase sempre, também, são cobertos por vegetação de porte elevado, cerradões, que os moradores da região denominam *matas* ou *capões*, que geralmente indicam terras boas para lavouras.

O baixo Jequitinhonha apresenta características diferentes: situado no domínio de florestas e caatingas, foi coberto por mata atlântica até finais do século XIX. Nessas matas as terras possuem fertilidade bastante uniforme e, embora também formada por vales e serras, apresenta diferenças pouco acentuadas de uso dos solos entre terras altas e baixas. Vales abertos cobertos por florestas, chapadas extensas e férteis, grandes áreas planas de largos horizontes, mata seca na transição para o *sertão* baiano. Colonizado por levas de migrantes saídos do alto Jequitinhonha e da Bahia, médio e baixo Jequitinhonha foram – e de certa maneira ainda continua a ser – marcados por uma presença muito forte da grande fazenda.

O denominado Médio Jequitinhonha é uma combinação dos dois territórios anteriores, com uma característica adicional: o forte vínculo com o Vale do Mucuri. Assim, esse território compreende na sua parte alta algumas áreas e municípios com exatamente as mesmas características do alto Jequitinhonha, quais sejam Chapada do Norte, José Gonçalves de Minas, Jenipapo de Minas, Francisco Badaró e Berilo. De outra parte, alguns outros municípios e áreas compreendem também quase que exatamente as mesmas características do Baixo Jequitinhonha, com formação de mata atlântica e catinga, forte presença da tradição fazendeira, formação demográfica quase toda constituída pela migração do Sudoeste da Bahia e do Norte mineiro, que são Pedra Azul, Cachoeira do Pajeú, Medina e Comercinho. Ainda, na sua área central, o território apresenta municípios de característica mista ou ambígua, ao combinar o complexo latifúndio-minifúndio com características culturais semelhantes aos sistemas produtivos das chapadas e grotas. Postos na calha do rio Jequitinhonha, esses são os municípios de Virgem da Lapa, Coronel Murta, Araçuaí, Itinga e Itaobim. Por fim, contrastando com essas áreas anteriores, e com um sentimento de pertencimento menos definido, estão os municípios que ficam na fronteira da área que os moradores da região costumam denominar como “mata”, a área da antiga floresta atlântica do vale do Mucuri, que são os municípios de Ponto dos Volantes (em parte), Padre Paraíso e Novo Cruzeiro, na delimitação original do Território.

O poder fazendeiro praticamente moldou as relações sociais, políticas, econômicas e culturais desta microregião; isto não quer dizer que não exista a presença de agricultores familiares, apenas indica que eles são grupos subordinados, que enfrentam cotidianamente a decadente cultura fazendeira à medida que constroem seus espaços de reivindicação e atuação. Na implementação do Território do Médio Jequitinhonha foram reunidos numa só instância duas microregiões com características, histórias e bases sociais bastante diferentes. Essa complexidade de origens torna mais difícil a costura de interesses no espaço do Território, pois reúne diversidades e afinidades em proporções diferentes. Não por acidente, o município de Angelândia, que faz parte do Território do Médio Jequitinhonha reivindica sua mudança para o Território do Alto; Chapada do Norte tem a mesma aspiração, conforme expressam seus representantes. Assim, nas bordas do recorte territorial do Médio Jequitinhonha há um movimento refratário, compreensível por serem áreas de fronteira, que indicam “fugas” para novas articulações territoriais em programas públicos na direção do vale do Mucuri, do alto Jequitinhonha e do Alto Rio Pardo, como foi o caso de Águas Vermelhas, que migrou deste para outro Território. Assim, o desenho territorial está ainda longe de se

acomodar, e quando se concebe a junção de Território Rural e Território da Cidadania as delimitações apresentam certa turbidez nas bordas, muito embora o centro do corpo territorial apresente uma certa coesão.

Este território apresenta um forte componente rural. Na Tabela 1 são apresentadas essas informações, que ficam um pouco elididas quando se compara o conjunto de cada um dos Territórios. No caso do Alto Jequitinhonha a presença da Diamantina, cuja área urbana responde por quase 20% da população urbana do Território, revela o espectro da concentração. Da mesma maneira funciona a população urbana de Araçuaí, em relação ao Médio Jequitinhonha, e Almenara, em relação ao Baixo Jequitinhonha. Expurgados esses 3 pólos microregionais, o perfil dos Territórios se tornam acentuadamente rural, pontuado pelos pequenos centros urbanos, quase sempre com menos de 20.000 habitantes. Mas, neste caso, não é apenas a dimensão urbana que define o caráter rural dos Territórios; é, sobretudo, a identidade, o vocacionamento, as prioridades eleitas pelo conjunto das forças políticas do vale do Jequitinhonha.

Tabela 1. População rural e urbana de acordo com os critérios do IBGE, 2000

Local	População 2000	Rural	Rural (%)	Urbana	Urbana (%)
Alto Jequitinhonha	261.458	114.212	43,7	147.246	56,3
Baixo Jequitinhonha	172.632	53.645	31,1	118.987	68,9
Médio Jequitinhonha	285.162	142.162	50,0	142.369	50,0
Minas Gerais	17.891.494	3.891.494	18,0	3.219.666	82,0

Fonte: Ortega, 2008: 19.

Embora indicadores quantitativos apontem sempre grande pobreza no Jequitinhonha, não refletem necessariamente a situação de toda a região. Primeiro, porque a situação de pobreza se distribui desigualmente pelo espaço regional: as diferenças de renda tendem a ser mais expressivas na porção onde existem mais fazendas. Segundo porque o acesso a terra permite à maioria da população da região, basicamente rural, conseguir seus próprios alimentos. Assim, mesmo quando não dispõem de renda monetária, agricultores familiares têm muitas vezes condições de se manter de forma autônoma. Mas foi a partir destes indicadores que os governos, sobretudo o governo federal, conduziram programas para a região e criaram um cenário de concentração discretamente elevado de benefícios sociais.

Essas transferências, portanto, são combinadas às formas como parte da população rural do Jequitinhonha organizou sistemas produtivos adaptados ao meio e às suas condições materiais, baseados em três pilares fundamentais:

- Primeiro: são baseados no trabalho familiar, contando para isto com a colaboração de todas as suas forças plenas - homens e mulheres adultos - e "periféricas" - idosos e jovens. Essas forças de trabalho se articulam em torno de dois objetivos maiores: se reproduzir e conservar o domínio e o uso da unidade de produção familiar. Atuando planejadamente a família geralmente alcança os objetivos mesmo que tenha contra si as eventuais secas, dificuldades de comercializar e barreiras de acesso aos benefícios das políticas públicas.
- Segundo: são baseados num conhecimento da natureza, que permite decidir o que coletar, onde plantar, como utilizar os recursos naturais que estão disponíveis. Este conhecimento é produzido por relações interativas entre população e ambiente, que no correr do tempo aperfeiçoa os sistemas produtivos e estabelece regimes de exploração localizados, intransferíveis e, em sua maioria, sustentáveis.
- Terceiro: são baseados no uso comunal e extrativista de recursos naturais, que se fundamenta no conhecimento local, na espacialidade comum e em acordos ajustados entre famílias e meio. Famílias em comunidade delimitam seus espaços de exploração e gestão comunitária de recursos escassos, implementando *governanças* locais de microterritórios.

Esses sistemas e conhecimentos permitem à população viver e produzir, às vezes tendo contra si o tamanho reduzido das áreas de terras férteis, as dificuldades para entrar em mercados e gerar rendas. Estas limitações não são suficientes para abalar a solidez da organização produtiva da agricultura familiar da região. Pesquisas têm mostrado que, mesmo nas secas muito fortes - como o inverno de 2003 -, a população atravessa as intempéries sem muitos abalos porque sua estratégia de reprodução é baseada na produção autônoma do básico alimentar, resultante duma combinação entre:

- produção de alimentos resistentes à seca (feijão andu, milho, mandioca);
- coleta regular de produtos nas áreas de terras comuns (frutos, essências, óleos);

- comercialização em pequena escala (trocas comunitárias, feiras e mercados locais);
- indústria doméstica rural, principalmente dos derivados da cana, milho e mandioca;
- rendas monetárias originadas de políticas compensatórias (Bolsa Família, aposentadorias e pensões) e migrações sazonais.

No correr do período que vai do começo dos anos 1970 ao começo dos anos 2000 as políticas de desenvolvimento rural levadas ao alto Jequitinhonha podem ser agrupadas em três tipos principais:

- políticas gerais de desenvolvimento rural (crédito, pesquisa adaptada e extensão rural, principalmente);
- políticas setoriais de desenvolvimento rural (reflorestamento, fruticultura, irrigação e pecuária de corte, principalmente);
- políticas compensatórias para a população rural (aposentadorias, pensões e bolsas, principalmente).

Pelos seus efeitos, mais que pelas dotações ou períodos de implantação, as duas primeiras políticas podem ser compreendidas num conjunto, pois sempre exigiram que, para participar, o produtor beneficiário apresentasse níveis de renda elevados em termos de Jequitinhonha. Isto representou, concretamente, barreiras à inclusão da maioria das unidades familiares rurais, que nunca puderam participar ou gozar de seus benefícios. Essas políticas foram pensadas para outros tipos de produtores, regiões ou interesses e por isso em vez de eliminar desigualdades, serviram para tornar os problemas de renda da região ainda maiores.

As migrações rural-urbano que aconteceram na região serviram para eliminar as bases tradicionais de reprodução da população local. Fora da sua base física, da possibilidade de desfrutar da terra e da rede solidária da comunidade rural, as maiores cidades da região passaram a concentrar um número elevado de pessoas em situação de exclusão e insegurança alimentar. É o caso de Araçuaí e Novo Cruzeiro nas áreas de domínio da terra mais fragmentado, ou o caso de sedes municipais como Itaobim e Medina, onde a propriedade fundiária é muito concentrada.

## **2. Identidade territorial**



Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT (2011), a identidade é “uma característica do território, relacionada com suas origens, com os modos de ocupação do espaço e com o contexto social construído. Definida como um elemento aglutinador, a identidade territorial facilita a construção de um futuro mais solidário e interdependente, onde se reconhece e se valoriza a diversidade, a coesão de princípios, a mediação de interesses e a convergência de dinâmicas sociais, culturais e econômicas”.

Foram avaliados nesta pesquisa sete aspectos associados à identidade:

1. Localização geográfica, ecossistemas e recursos naturais
2. A agricultura familiar
3. A atividade econômica da região
4. A pobreza, a marginalidade e os problemas sociais
5. A existência de povos e/ou comunidades tradicionais
6. Os processos de colonização
7. Os movimentos sociais e/ou políticos

Esses aspectos subsidiaram a caracterização do território em função de sua importância para os seguintes parâmetros de identidade territorial: definição dos limites territoriais, gestão territorial, visão de futuro, metas e objetivos, características marcantes, história e conflitos existentes no território. Esses sete aspectos receberam notas de 1 a 5 conforme o nível de importância, para subsidiar na caracterização da identidade territorial do Médio Jequitinhonha. A nota 1 representa pouca ou nenhuma importância, e aumenta conforme a maior importância atribuída aos aspectos avaliados, sendo a nota 5 considerada a nota máxima que é atribuída quando determinado aspecto é “muito importante” na definição da identidade territorial.

De modo geral notou-se que o aspecto da “agricultura familiar” é muito relevante para a identidade do território do Médio Jequitinhonha. Junto com este, a “caracterização ambiental”, a “economia”, e “movimentos sociais e/ou políticos” representam aspectos que agregam muito para a caracterização da identidade deste Território. Abaixo, seguem as avaliações detalhadas dos sete aspectos avaliados pelos membros do colegiado em relação aos parâmetros de identidade territorial.

Em relação à definição dos limites do Território, a agricultura familiar foi considerada pela maioria dos membros do colegiados do Médio Jequitinhonha como um aspecto muito importante para a identidade. A presença da agricultura familiar foi considerada muito importante para 55% dos membros do colegiado como influente na definição dos limites territoriais; foi considerada de importância 4 para 27%, e de importância 3 para 12% do colegiado.

A existência de povos e/ou comunidades tradicionais foi um dos aspectos que na opinião dos membros dos colegiados se considera de menor importância na definição dos limites para o Território do Médio Jequitinhonha. Foi atribuída escala 1 (pouca importância) por 16% dos membros do colegiado e escala 2 por 9% dos membros. O colegiada avaliou que aspectos como localização geográfica, atividades econômicas e problemas sociais tiveram sua importância diluída na escala de 3 a 5 na sua relevância para definição dos limites do Território.

Avaliando-se a participação das instituições com relação à gestão do Território, a pesquisa sobre identidade territorial revelou que as organizações de agricultores familiares foram consideradas por praticamente metade dos membros do colegiado como organizações muito importantes na gestão. Foi atribuída nota 5 por 49% dos membros do colegiado.

Em seguida, os movimentos sociais e as organizações sociais e comunitárias foram considerados muito importantes por 36% e 35% respectivamente do colegiado do Médio Jequitinhonha. As organizações ambientais foram consideradas pouco importantes em termos de participação por 20% dos membros do colegiado, sendo que o maior percentual de negatividade vai para o item “participação”.

Com relação à visão de futuro do Território, todos os itens receberam avaliações satisfatórias em termos de importância. Porém, a agricultura familiar foi avaliada como muito importante para as ações de futuro do Território por 77% dos membros do colegiado. A questão da caracterização geográfica, os ecossistemas e os recursos naturais foi indicada por 66% dos membros do colegiado como muito importante, devendo ser levada em conta no planejamento de ações de futuro.

Dai torna-se necessário conhecer e avaliar iniciativas de produção e conservação dos recursos naturais, aliados à produção de alimentos e abastecimento local desenvolvidas por organizações públicas e não governamentais no Médio Jequitinhonha com intuito de fomentar

ações bem sucedidas e aprimorar metodologias de intervenção com maior participação e poder de deliberação dos segmentos sociais na formulação e gestão de projetos.

Para as ações já propostas para o Território, a localização geográfica, os ecossistemas ou recursos naturais, a agricultura familiar e as atividades econômicas da região foram considerados aspectos muito importantes pela maioria do colegiado na definição das metas e objetivos de desenvolvimento propostos.

Com relação às características marcantes, a agricultura familiar é considerada muito importante para 68% dos membros do colegiado. Dentre os itens avaliados, a característica do regime de trabalho familiar presente nas unidades rurais de produção nos municípios do Médio Jequitinhonha se apresenta de forma marcante nesta região, sendo um tema comum de prioridade nos espaços de gestão municipal e territorial.

Em seguida, mais dois aspectos ganham peso na caracterização do Território. O item “localização geográfica, o ecossistema ou os recursos naturais” foi considerado muito importante por 44% dos membros do colegiado, e o item “atividade econômica da região” foi considerado muito importante por 43% dos membros do colegiado. O primeiro item diz respeito a característica de semiárido que predomina no Território do Médio Jequitinhonha, que geralmente converge os projetos territoriais para ações relacionadas ao abastecimento de água. E o segundo aspecto está associado à característica rural desta região e a forte presença da agricultura familiar, que marca de forma significativa a economia de muitos dos municípios.

Na história comum do território, os aspectos considerados “muito importantes” pelos membros do colegiado foram: “agricultura familiar” (65%); “localização geográfica, ecossistema, recursos naturais” (53%); “problemas sociais” (46%). E por fim, na caracterização da identidade territorial, os aspectos de maior relevância nos principais conflitos existentes no Território segundo os membros do colegiado foram: a “agricultura familiar” considerada muito importante por 51% do colegiado; a “localização geográfica, ecossistemas e recursos naturais” considerados muito importante por 46% do colegiado territorial; e os “movimentos sociais e/ou políticos” considerados muito importante por 41% do membros do colegiado. O conflitos são diversos: degradação dos recursos naturais por empresas de eucalipto, pedreira, esgoto urbano lançado nos rios; conflitos sociais pela posse da terra; má gestão do recursos públicos.

### 3. Capacidades institucionais

Pode-se perceber que a gestão dos conselhos municipais e a atuação de organizações sociais no Território do Médio Jequitinhonha foi avaliada positivamente pelos entrevistados.

Os principais conselhos ou consórcios públicos que atuam no Território são os CMDRS, Consórcio Intermunicipal de Saúde e o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, mas também há a atuação de outros conselhos, como CONSEA e CONSAD.

A análise dos dados revela que estes conselhos municipais e consórcios apresentam um desempenho satisfatório na aplicação dos investimentos públicos, sendo classificados entre os níveis 2 e 4 na escala de controle de investimentos.

Os principais segmentos sociais que atuam nas áreas rurais do Território do Médio Jequitinhonha são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os grupos religiosos e as associações de agricultores familiares, seguidos pelos grupos de mulheres. Os investimentos públicos em cadeias produtivas são percebidos por aproximadamente 50% dos entrevistados; e ressalta-se a existência de acordos para venda da produção entre os produtores e organizações para comercialização, segundo 60% dos entrevistados.

Em relação à infraestrutura institucional disponível no Território do Médio Jequitinhonha, destaca-se a presença das Secretarias de Desenvolvimento Rural em 94% dos municípios, havendo quadros técnicos profissionais permanentes em 65% destes, que têm desempenhado principalmente ações de assistência técnica aos produtores e formulação de projetos. Os projetos formulados por estas secretarias são orientados prioritariamente a ações culturais e iniciativas produtivas. Os dados mostram também que existem Secretarias Municipais de planejamento em 59% dos municípios.

Além disso, os municípios do Médio Jequitinhonha dispõem de estruturas para as atividades culturais: salões de festas e casa de cultura, na maioria; teatro em 3 deles. Entre os serviços institucionais disponíveis, destacam-se as instituições de prestação de serviços tecnológicos para apoio e melhoria das atividades produtivas, conforme 82% das respostas.

Ações para conservação de recursos naturais parecem não se constituir em uma prioridade para os municípios do Território. A análise dos dados declarados indica que nenhuma medida tem sido tomada neste sentido e que não existem normas para avaliação do impacto ambiental de atividades produtivas. Além disso, na maioria dos municípios, não existem mapas de áreas degradadas ou em risco de degradação. No entanto, levantamento

complementar realizado pela Célula, a partir de demanda do Núcleo de Assessoramento, revelou presença de pelo menos 1 programa de conservação de águas, em média, por município do Território.

Para a negociação e resolução de conflitos a sociedade civil dos municípios recorre principalmente às autoridades municipais, mas também aos conselhos municipais e aos membros da comunidade. Em relação às iniciativas comunitárias e participação social os dados revelam que foram poucas as manifestações e protestos ocorridos no último ano, de acordo com 88% dos entrevistados.

Finalmente, é importante ressaltar que acontecem parcerias entre organizações de produtores e prefeituras municipais, principalmente com propósito de desenvolver projetos de infraestrutura e projetos produtivos.

#### **4. Gestão do Colegiado Territorial**

A análise dos dados levantados com a aplicação de 69 questionários (Q3) aos membros da Plenária do Colegiado Territorial do Médio Jequitinhonha revela o desempenho do Colegiado na gestão do Território. Pôde-se perceber que se trata de um Colegiado ativo e participante, no qual ocorre intensa participação de agricultores familiares e seus representantes. Porém, tem seu desempenho prejudicado devido a pouca participação dos gestores públicos e, contraditoriamente, à influência política no Território.

A capacidade de tomada de decisões dos membros é destacada pela atuação dos agricultores familiares e dos representantes de associações e sindicatos de trabalhadores rurais. Percebe-se também elevados índices no que se refere à atuação de representantes dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais. Ao contrário, a participação de representantes do setor público, em todos os níveis, é baixa, segundo os resultados da pesquisa. No processo de tomada de decisões pelo Colegiado, 75% das respostas demonstram que estas ocorrem por meio de votações, nas quais a maioria decide. Muitas vezes, porém, as decisões são acordadas, havendo consenso, com 30,43% das respostas.

A eleição dos membros do Colegiado ocorre principalmente através de convite direto às organizações selecionadas, mas também por convocatória aberta para eleição de representantes ou por convite pessoal. Grande parte dos entrevistados (42%) não soube informar sobre a quantidade de reuniões formais realizadas pelo Colegiado desde a sua constituição, mas os dados indicam que têm sido realizadas com frequência; sendo que quase

48% das respostas demonstram terem ocorrido entre 6 a mais de 20 reuniões. Em relação à frequência das plenárias territoriais, a maioria das respostas revela que estas acontecem a cada 3 ou 4 meses.

O processo de comunicação do Colegiado com a comunidade ocorre por meio de diversos mecanismos utilizados para informar suas ações e decisões. Há maior frequência na utilização da internet (69,57% das vezes), mas também se destacam a comunicação pessoal (37,68%), a divulgação por meio dos parceiros da sociedade civil (33,33%), do setor público (21,74%) e durante as reuniões comunitárias (26,09%).

Percebe-se que o Colegiado desempenhou um importante papel na elaboração do diagnóstico territorial, havendo a participação de seus membros em todas as fases, desde a concepção e elaboração até a revisão do documento final. Também na elaboração do PTDRS os dados revelam um bom desempenho do Colegiado, sendo que seus membros participaram de todas as etapas e, principalmente, nas oficinas de discussões para sua elaboração, com a presença de quase 60% destes. Em relação à elaboração de um documento contendo a visão de futuro do Território, os dados indicam que os membros do Colegiado ficaram divididos, sendo que 50% das respostas foram afirmativas e 42% negativas.

Os temas tratados com maior frequência pelo Colegiado são: os projetos do Território, a reforma agrária e questões referentes à cidadania e inclusão social.

As ações desenvolvidas para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial têm focado principalmente a priorização e eleição com base em critérios, segundo 50% das respostas ao questionário. Porém, percebe-se que o Colegiado tem desempenhado também as ações de avaliação de viabilidade técnica e de avaliação interna do mérito destes projetos, sendo isto apontado em 30,13% das respostas.

O acompanhamento permanente do assessor técnico territorial é percebido por 41% dos entrevistados. Entretanto, outros 33,33% afirmam não ocorrer este acompanhamento e 24,64% não souberam responder. Entre os entrevistados que afirmaram não haver o acompanhamento pelo assessor territorial, 21,74% destacam a atuação de outros agentes, sendo estes, técnicos dos governos municipais, estaduais ou federais, com maior frequência de agentes do governo estadual.

Consideram que as principais capacitações recebidas pelo Colegiado Territorial do Médio Jequitinhonha foram sobre os seguintes temas: desenvolvimento territorial,

planejamento participativo e elaboração de planos de desenvolvimento. Também ocorreram capacitações sobre elaboração de projetos e organização.

Finalmente, vale ressaltar que os dados levantados indicam que o Colegiado tem representado os verdadeiros interesses do Território, não sendo este aspecto ressaltado como um problema no desempenho.

### 5. Avaliação dos projetos

Para a avaliação de projetos de investimentos foram realizadas 80 entrevistas no Território. Para avaliação de cada projeto foram entrevistados membros do colegiado, beneficiários do projeto e representantes da instituição responsável pela execução. Dos projetos apresentados ao Território e apoiados pelo MDA, 6 são da área de Educação do Campo, 1 de Infraestrutura Institucional, 2 com o tema das Feiras Livres, 2 relativos a ampliação de oferta de água e 14 destinados à aquisição de maquinários, tratores, caminhão e implementos agrícolas. O Quadro 01 apresenta o volume de recursos por cada segmento de projetos.

Quadro 01: Recursos investidos

Temas	Valor dos projetos	Valor do aporte do MDA
Maquinários e implementos	4.128.869,34	3.793.014,80
Educação do Campo	878.956,08	651.950,00
Ampliação de acesso a água	712.263,65	651.840,00
Feiras Livres	242.288,95	165.277,50
Infra-estrutura Institucional	22.112,83	17.557,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Os dados mostram que o maior valor de recursos foi destinado a projetos de maquinários e implementos agrícolas com o objetivo de melhorar a infraestrutura produtiva. Outro destaque se dá para os projetos de educação, todos com ênfase na estruturação das Escolas Famílias Agrícolas, que são importantes centros de formação para filhos e filhas de agricultores familiares do Médio Jequitinhonha. Os projetos de fortalecimento da capacidade de reserva de água também são destacados, uma vez que o Território faz parte do semi-árido mineiro.

Os projetos de aquisição de maquinário, como trator de esteira, trator agrícola, retroescavadeira, motoniveladora, implementos agrícolas, pá carregadeira, caminhão, caminhão pipa e veículos foram demandados pelos municípios de Comercinho, Itaobim, Ponto dos Volantes, Virgem da Lapa, Araçuaí, Itinga, Novo Cruzeiro e Medina, conforme mostra o QUADRO 02.

QUADRO 02: Projetos de maquinários

Município atendido	Projeto	Valor do projeto (R\$)	Valor do aporte do MDA (R\$)
Comercinho	Aquisição de uma motoniveladora	478.720,00	400.000,00
	Aquisição de implementos	89.484,64	86.174,80
	Aquisição de caminhão; Ampliação, construção e aquisição de equipamentos de despoldadeira de frutas	165.000,00	160.000,00
	Aquisição de veículos e implementos agrícolas	432.404,00	399.640,00
Itinga	Aquisição de trator de esteira	416.424,89	400.000,00
	Aquisição de trator agrícola e implementos	111.311,76	100.000,00
	Aquisição de caminhão pipa	173.710,14	150.000,00
Araçuaí	Aquisição de pá carregadeira sobre rodas 140 HP – 132 cv	339.079,85	319.200,00
	Aquisição de caminhão com baú refrigerado	168.000,00	160.000,00
Itaobim	Aquisição de trator de esteira	466.227,03	434.500,00
Ponto dos Volantes	Aquisição de retroescavadeira	255.152,28	200.000,00
Virgem da Lapa	Aquisição de trator e implementos agrícolas	124.709,66	120.000,00



Novo Cruzeiro	Aquisição de máquina tipo pá carregadeira	347.095,09	313.500,00
Medina	Aquisição de equipamentos agrícolas	561.500,00	550.000,00

Fonte: Pesquisa de Campo

Todos os projetos de aquisição de maquinários e implementos têm como função principal atender a infra-estrutura produtiva e da produção. Os entrevistados entendem que, além do aspecto produtivo, estes projetos têm a função de atender a aspectos que englobam direitos e cidadania. As principais instâncias de controle social destes projetos são: Conselhos Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Colegiado Territorial, Cooperativas/Associações e Sindicatos. O processo de gestão destes projetos se dá principalmente no âmbito das prefeituras municipais seguido da articulação entre o colegiado e os beneficiários.

Os projetos relativos à educação do campo abrangem as Escolas Famílias Agrícolas de Comercinho, Itinga, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Araçuaí, como mostra o QUADRO 03.

QUADRO 03: Projetos de Educação

Município atendido	Projeto	Valor do projeto (R\$)	Valor do aporte do MDA (R\$)
Comercinho	Ampliação, construção de cozinha e refeitório da Escola Família Agrícola	53.080,88	47.366,00
Itinga	Ampliação da Escola Família Agrícola	47.216,54	37.765,00
Padre Paraíso	Ampliação da Escola Família Agrícola	129.211,69	101.227,00
Ponto dos Volantes	Implantação da Escola Família	204.446,93	196.024,00

	Agrícola		
Araçuaí	Construção da Escola Família Agrícola de Calhauzinho	445.000,04	269.568,00

Fonte: Pesquisa de Campo

As Escolas Família Agrícola, apesar de estarem localizadas em determinados municípios, atendem a população de vários municípios em seu entorno. São projetos de abrangência regional. Os projetos foram definidos por demanda espontânea dos beneficiários, indicado no PTDRS, apoiado por oferta da SDT-MDA, emenda parlamentar e indicado em outro instrumento de planejamento. Em todos os projetos houve a participação dos beneficiários na elaboração dos mesmos. As principais parcerias firmadas para desenvolvimento dos projetos foram as prefeituras municipais, governo do estado, organizações da sociedade civil e entidades de assistência técnica. As prefeituras municipais aparecem como parceira em todos os projetos indicando a importância do poder público municipal nos projetos de educação.

A tabela 02 mostra as instâncias de controle social dos projetos e o processo de gestão.

TABELA 02. Controle social do projetos

Projeto	Controle social	Processo de gestão
Ampliação, construção de cozinha e refeitório da Escola Família Agrícola de Comercinho.	- Cooperativa/Associação	- Participação dos beneficiários
Ampliação da Escola Família Agrícola de Itinga.	- CMDRS - Colegiado Territorial - CEDRS - Cooperativa/Associação - Sindicato	- Articulação entre o colegiado e beneficiários - Prefeitura municipal
Ampliação da Escola Família Agrícola Padre Paraíso	- CMDRS - Colegiado Territorial	- Prefeitura municipal

Implantação da Escola Família Agrícola de Ponto dos Volantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMDRS</li> <li>- Cooperativa/Associação</li> <li>- Sindicato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prefeitura municipal</li> <li>-Participação dos beneficiários</li> </ul>
Construção da Escola Família Agrícola de Calhauzinho, município de Araçuaí.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- CMDRS</li> <li>- Colegiado Territorial</li> <li>- CEDRS</li> <li>- Cooperativa/Associação</li> <li>- Sindicato</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Articulação entre o colegiado e beneficiários</li> <li>-Participação dos beneficiários</li> </ul>

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

Nos projetos “Ampliação da Escola Família Agrícola de Itinga” e “Construção da Escola Família Agrícola de Calhauzinho” vê-se uma ampliação das organizações que participam do controle social dos projetos e do processo de gestão destes projetos. No projeto da EFA de Padre Paraíso apenas o poder público municipal é gestor, ficando sem a participação dos beneficiários e outras representações sociais neste processo. O inverso acontece no projeto da EFA de Comercinho, onde o poder público e o Colegiado Territorial não aparecem no processo de gestão.

Foram implementados dois projetos relativos ao fortalecimento da capacidade de reserva de água nos municípios de Comercinho e Ponto dos Volantes. O projeto realizado no município de Comercinho foi da ordem de R\$ 364.196,17, sendo que o valor do repasse do MDA totalizou R\$ 325.920,00. No município de Ponto dos Volantes o projeto foi orçado em R\$ 348.067,48 e o valor repassado pelo MDA foi também de R\$ 325.920,00. Para o público entrevistado, a definição destes projetos foi por demanda espontânea dos beneficiários, indicado no PTDRS e por oferta da SDT-MDA. Para 83% dos entrevistados houve a participação dos beneficiários na elaboração dos projetos. As organizações apoiadas pelos projetos são principalmente associações, cooperativas e empreendimentos autônomos. Os projetos atendem a seguinte ordem de prioridade: atividades de infra-estrutura produtiva, instrumento para garantir direito e cidadania, atividades de produção, saúde e educação. As

principais parcerias firmadas para a execução dos projetos foram com as prefeituras municipais, com organizações da sociedade civil, com o governo do estado de Minas Gerais, entidades de assistência técnica e associações comunitárias.

Os municípios de Comercinho e Itinga também foram contemplados com projetos de implantação e melhoria das feiras livres. O município de Comercinho recebeu recursos para implantação da feira livre. O valor do projeto foi de R\$ 15.850,00 e o valor repassado pelo MDA foi de R\$ 15.277,50. O município de Itinga foi contemplado com recursos para cobertura da área da feira. O projeto foi orçado em R\$ 226.438,21, sendo o repasse do MDA de R\$ 150.000,00. Os projetos relativos às feiras livres foram definidos pelos beneficiários, indicado no PTDRS, e contou também com recursos de emenda parlamentar. Todos os entrevistados afirmaram ter ocorrido a participação dos beneficiários na elaboração dos projetos. Para os entrevistados, os projetos atendem aos setores produtivos, infra-estrutura produtiva, infra-estrutura social, abrange aspectos culturais da população e de direito e cidadania. As parcerias firmadas para a implantação foram com as prefeituras municipais, no caso do município de Itinga as parcerias se ampliaram com organizações da sociedade civil e com entidades de assistência técnica. A instância gestora dos projetos é a prefeitura municipal. O processo de gestão dos projetos de implantação da feira livre se dá no âmbito da prefeitura municipal; no caso do projeto de cobertura da área da feira o processo de gestão se amplia além da prefeitura municipal, com a participação do Colegiado Territorial e dos beneficiários.

O município de Ponto dos Volantes demandou recursos para a Estruturação do CIAT, o valor orçado foi de R\$ 22.112,83 e o valor repassado pelo MDA de R\$ 17.557,00. Este projeto, segundo os entrevistados, foi ofertado pela SDT-MDA, onde os beneficiários participarão na elaboração do projeto. As organizações apoiadas pelo projeto são: cooperativas, associações e empreendimentos autônomos. O CIAT atenderá a atividades de cunho produtivo, infra-estrutura produtiva e entidades assistenciais. As parcerias firmadas para implantação do projeto foram com a prefeitura municipal e organizações da sociedade civil. As instâncias de controle social do projeto são: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Colegiado Territorial e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Todos os projetos e obras foram concluídos. Apenas o projeto de implantação da Escola Família Agrícola de Ponto dos Volantes está paralisado.

Todos os projetos analisados têm como público principal os agricultores familiares do Território do Médio Jequitinhonha. Assentados da reforma agrária, pescadores ribeirinhos, mulheres, jovens e quilombolas também compõem o público de referência para atendimento nos projetos. Desta maneira pode-se dizer que os projetos atendem na sua quase totalidade o público rural, que são agricultores, demonstrando que o programa Território da Cidadania tem articulação com a população rural.

A pesquisa abordou quais possíveis mudanças no Território do Médio Jequitinhonha podem ser atribuídas com os projetos implementados. A Tabela 03 mostra como os entrevistados avaliam a importância dos projetos e seus impactos para a população atendida.

Tabela 03: Principais melhorias observadas com a implementação dos projetos

Temas	Melhorias observadas
Maquinários e implementos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria da infra-estrutura;</li> <li>- Aumento da produção primária;</li> <li>- Aumento da auto-estima da comunidade;</li> <li>- Redução dos custos de produção;</li> <li>- Aumento da disponibilidade de alimentos;</li> <li>- Recuperação de passivos ambientais.</li> </ul>
Educação do Campo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhores condições de ensino para a formação escolar;</li> <li>- Aumento da auto-estima da comunidade;</li> <li>- Aumento do nível de organização da comunidade;</li> <li>- Maior envolvimento dos jovens;</li> <li>- Melhoria das habilidades/competências locais.</li> </ul>
Ampliação de acesso a água	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recuperação de passivos ambientais;</li> <li>- Melhoria da infra-estrutura;</li> <li>- Incremento tecnológico;</li> <li>- Aumento da auto-estima da comunidade.</li> </ul>
Feiras Livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da disponibilidade de alimentos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria da qualidade dos produtos;</li> <li>- Maior competitividade do produto;</li> <li>- Melhoria da infra-estrutura;</li> <li>- Aumento da participação do trabalho das mulheres na geração de renda da família;</li> <li>- Aumento da auto-estima da comunidade.</li> </ul>
Infra-estrutura Institucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento da produção primária;</li> <li>- Aumento do nível de organização da comunidade.</li> </ul>

Fonte: Pesquisa de campo, 2011

## 6. Análise do ICV e de indicadores do Território

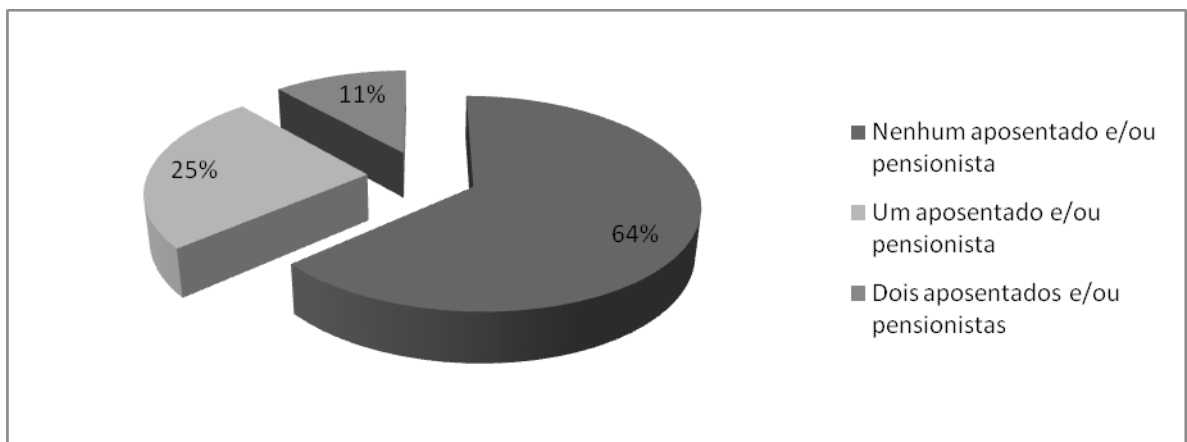
Dois programas públicos compensatórios principais atendem amplamente a população rural do Médio Jequitinhonha: pensões e aposentadorias pagas pelo Ministério da Previdência Social, e o Programa Bolsa Família, do Ministério de Desenvolvimento Social.

A aposentadoria é, certamente, o programa público que mais recursos distribui na região. Aposentadoria é associada à idade, no Brasil está ocorrendo um processo rápido de envelhecimento (Berquó & Baeninger, 2000; Wong, 2001; Wong e Carvalho, 2006), e no meio rural do Jequitinhonha o fenômeno parece ocorrer numa velocidade superior à média do país. Isso se deve, primeiro, às frequentes emigrações definitivas de jovens deserdados das unidades camponesas (Galizoni, 2008); segundo, às migrações de retorno dos naturais do lugar, que foram trabalhar nas metrópoles do Sudeste nos anos 1960/1970 e fizeram o caminho de volta a partir dos anos 2000 (Ribeiro e Carvalho, 1999).

As pesquisas indicam que o percentual de idosos no total da população brasileira é de 8,60% (Wong e Carvalho, 2006); no vale do Jequitinhonha este percentual costuma ser mais elevado: em municípios, como Itinga (9,82%) e Araçuaí (9,06%), a participação dos idosos na composição da população chega perto de 10% do total (IRMS, 2010). Além disso, o número de aposentados e pensionistas no meio rural da região tende a ser ainda maior graças à ação capilar e universal dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Eles agilizam processos e, fatalmente, a aposentadoria chega para a mulher rural aos 55 anos e para o homem aos 60 anos. Conseguida a aposentadoria, o/a lavrador/a contará com renda monetária contínua que,

na maior parte das vezes, será mais elevada que aquela auferida ao longo da vida anterior. No rural da região, onde as famílias contam em média com 4,5 membros, pensionistas e aposentados alcançam quase 12,50% da população: 1 em cada 8 pessoas. A Figura 1, abaixo, apresenta a distribuição de aposentados e pensionistas, e revela que 1/3 das famílias rurais pesquisadas tem pelo menos um aposentado ou pensionista.

Figura 1. Médio Jequitinhonha: presença de aposentados e/ou pensionistas nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010.

O outro programa público disseminado na região é o Bolsa Família. Este distribui quantidade variada de recursos, geralmente entre 10 a 20% do valor do salário mínimo, quase sempre para mulheres adultas e bem mais jovens que as aposentadas. O programa tem grande expressão nos municípios do Jequitinhonha, conforme a Tabela 1, abaixo.

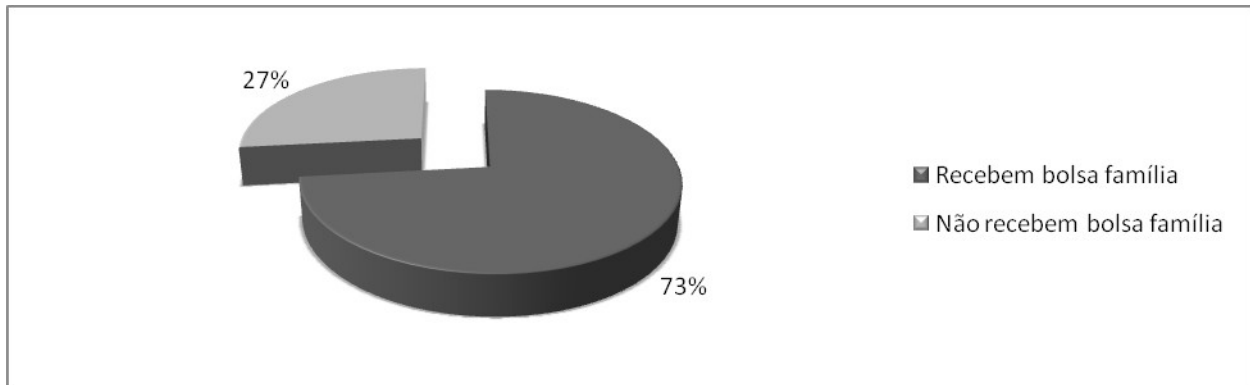
Tabela 1 População atendida pelo Programa Bolsa Família como percentual da população total em municípios selecionados do Jequitinhonha, 2007

Município	Famílias beneficiárias em percentual (%)
Araçuaí	44,26
Turmalina	45,71
Minas Novas	41,60
Média Brasil	25,00

Fontes: IMRS/Fundação João Pinheiro, 2010; Portal da Cidadania.

Os dados da Tabela 1 se referem ao conjunto dos municípios, compreendendo urbano e rural. Quando é computada apenas a área rural, a presença do programa se torna mais expressiva que a média do município, conforme a Figura 2, abaixo. Nessa área rural o programa público atende praticamente 3 em cada 4 famílias.

Figura 2. Médio Jequitinhonha: famílias rurais que recebem benefícios do programa Bolsa Família nos municípios pesquisados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010.

O elevado número de aposentados e pensionistas, ao lado do expressivo atendimento do programa Bolsa Família, criou um afluxo de renda monetária, disseminado e sistemático nessas áreas rurais. Mas um detalhe importante precisa ser destacado: a maioria dessa população tem acesso à terra. Muitas vezes esse acesso é precário, principalmente no Médio e Baixo Jequitinhonha onde há presença significativa de agregados nas grandes fazendas. Outras vezes é acesso a área muito reduzida, agravado pelo fato de ser terra de fertilidade natural muito variada, como acontece no complexo grotas/chapadas do Alto Jequitinhonha: nesta mesorregião a área média de terra disponível nos estabelecimentos familiares atinge 21,75 hectares, ocupa 3,85 trabalhadores (Incrá/FAO, 2000), e considerando que esses sítios incorporam 2/3 de terras de *campos* - que não têm serventia para agricultura -, na média cada família dispõe de pouco mais de 7 hectares para moradia, lavouras e criação de animais. Outras vezes, ainda, o acesso à terra é sazonal, como ocorre nas grandes áreas comuns de populações quilombolas e tradicionais. Mas, qualquer que seja, o acesso assegura terra para plantar culturas de verão, a *lavoura-das-águas*, e culturas de inverno, os plantios de *lubrina* ou *santana*. Essas lavouras garantem pelo menos a *comida*, a base alimentar de cereais, para todo o ano. Além da força de trabalho, praticamente não existem outras despesas ou insumos.

Quando esses programas atenderam famílias com terra, o primeiro resultado relevante foi o crescimento e estabilização da renda monetária. Muitas vezes esses programas



representaram mesmo a oportunidade de começar a dispor de renda em dinheiro na própria região, pois parte dessas famílias costumava, e ainda costuma, buscar dinheiro nas migrações sazonais para pólos agrícolas do Sudeste, principalmente na região canavieira de São Paulo e na cafeeicultura do Sul de Minas Gerais. Mas o segundo resultado, em seguimento, foi a possibilidade de combinar renda em dinheiro com produção de autoconsumo e provocar uma mudança, positiva e estabilizadora, na segurança alimentar.

As conseqüências dos programas compensatórios sobre as estratégias camponesas de reprodução não se restringem à garantia de renda em dinheiro. Vai além, e incide sobre um momento delicado na reprodução, quando elimina o costumeiro hiato sazonal de consumo das famílias rurais tradicionais do Médio Jequitinhonha e de parte do Sudeste brasileiro. Este hiato é o período de escassez acentuada de alimentos localizado no meio do *tempo-das-águas*: o estoque de alimentos colhidos na safra passada de verão e armazenado no paiol costuma acabar por volta de dezembro; até janeiro/fevereiro, quando começam amadurecer os primeiros produtos na lavoura, a família pode se ver diante da escassez. Este hiato de 30 a 60 dias é conhecido no Jequitinhonha, um tanto ironicamente, como *giro-do-divino*, porque em dezembro/janeiro – a mesma época em que circulam ternos de pastoras e reis com a bandeira do divino - famílias sem alimentos saíam em peregrinação pedindo comida. As transferências públicas asseguraram dinheiro para alimentação e acabaram com o *giro*. A família não passará por um período anual de insegurança alimentar e, principalmente, por suas piores conseqüências: o empobrecimento relativo que vem com a migração não planejada, o trabalho aviltante nas vizinhanças – conhecido como *macaco*, situação em que o trabalhador recebe em paga do esforço apenas o *de-comer*.

Mas, sobretudo, protegida pelo recurso do governo a família não perderá patrimônio, não venderá às pressas animais ou ativos acumulados no correr dos anos. Parece pouco, mas não é. Lavradores do Jequitinhonha tem uma hierarquia definida dos bens que serão vendidos nessas situações de aperto sazonal: começam com as *criações*, e entre estas vão primeiro as aves, depois os porcos, depois os bovinos; passariam em seguida aos *animais*, cavalos, jumentos e burros de serviço; iriam por fim ao capital fixo: gangorras, tachos, engenhos e moendas (Galizoni e outros, 2008). O sacrifício desses bens em períodos repetidos de escassez muitas vezes liquidava com patrimônios construídos em anos de lavoura, migração e poupança.

Os programas compensatórios asseguraram alimentação para todos, se tornaram meios de evitar *botar fora* patrimônio e, logo em seguida, realimentaram a produção da lavoura de autoconsumo. A roça da família, na maior parte da região, é a *lavoura-de-tocos*, uma área de terra escolhida de acordo com critérios locais fundamentados no conhecimento do ambiente e dos recursos naturais, que acumula maior ou menor fertilidade natural de acordo com a possibilidade de alongar ou não os períodos de pousio. A lavoura no tempo da chuva produz mandioca, milho e *miunças* – abóbora, melancia, quiabo, guandu, feijão *gurutuba*; no tempo da seca ou das *lubrinhas* a lavoura produz principalmente feijão, e é complementada pela produção das hortas e pomares.

A Tabela 2, apresenta informações sobre o destino da produção agrícola de agricultores familiares e revela a expressividade do autoconsumo no Médio Jequitinhonha. A Tabela mostra, em todos os municípios pesquisados, como o fenômeno é generalizado, abrangendo no mínimo 45,40% dos produtores familiares em Pedra Azul ao máximo 81,20% do total de produtores em Chapada do Norte. A combinação entre autoconsumo e venda da produção em mercados locais é a segunda alternativa mais freqüente neste rural. Precificação deste autoconsumo revelou que no vale do Jequitinhonha ele representava algo entre 26 e 40% de um salário mínimo mensal (Ribeiro, 2007).

Tabela 2. Jequitinhonha, destino da produção familiar entre famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010.

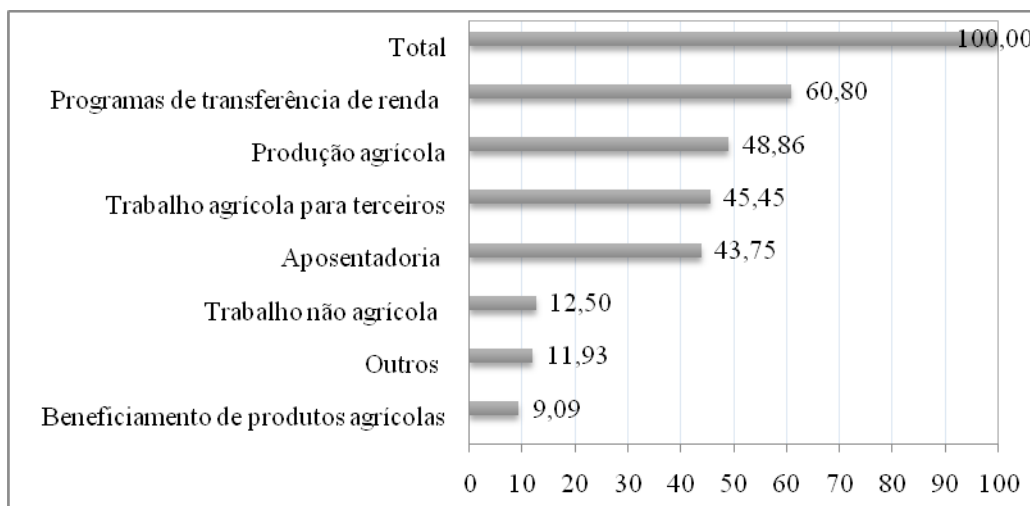
Município	Autoconsumo exclusivo (%)	Venda exclusiva (%)	Autoconsumo e venda (%)
Novo Cruzeiro	71,10	2,30	26,60
Itaobim	61,10	0,00	38,90
Cachoeira do Pajeú	65,30	0,00	34,70
Pedra Azul	45,40	0,00	54,60
Araçuaí	63,20	0,00	36,80
Francisco Badaró	80,00	0,00	20,00
Virgem da Lapa	80,00	0,00	20,00
Jenipapo de Minas	79,00	0,00	21,00
Chapada do Norte	81,20	0,00	18,80

Média	69,88	0,57	29,55
-------	-------	------	-------

Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010

As informações da Tabela 2 podem ser complementadas pelas outras na Figura 3, abaixo. Este revela que esses agricultores consideram os programas de transferência de renda – notadamente o Bolsa Família – sua principal fonte de renda, seguidos pelas vendas da produção agrícola, pelo trabalho para terceiros e pelas aposentadorias e pensões. Estas quatro alternativas garantem renda em dinheiro para quase 90% das famílias pesquisadas. Destas fontes, duas são programas públicos; duas outras são propriamente agrícolas, ou tradicionalmente agrícolas: produção e venda de produtos; trabalho assalariado na agricultura.

Figura 3. Jequitinhonha: principais fontes de renda das famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010.



Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010.

Dados coletados em pesquisas recentes mostram a composição da alimentação dessa população rural do Médio Jequitinhonha. Infelizmente não existe uma linha de base que permita comparação. Mas, o que se percebe pelos dados disponíveis é que a população rural da região se alimenta melhor que a média da população urbana do Brasil, em parte graças ao aspecto virtuoso do autoconsumo. O Quadro I, a seguir, revela a composição da dieta de famílias rurais da região que dispõem de terra e benefícios de programas públicos. As pessoas se alimentam em média com quatro refeições diárias, consumindo alimentos diversificados e produzidos pela família.

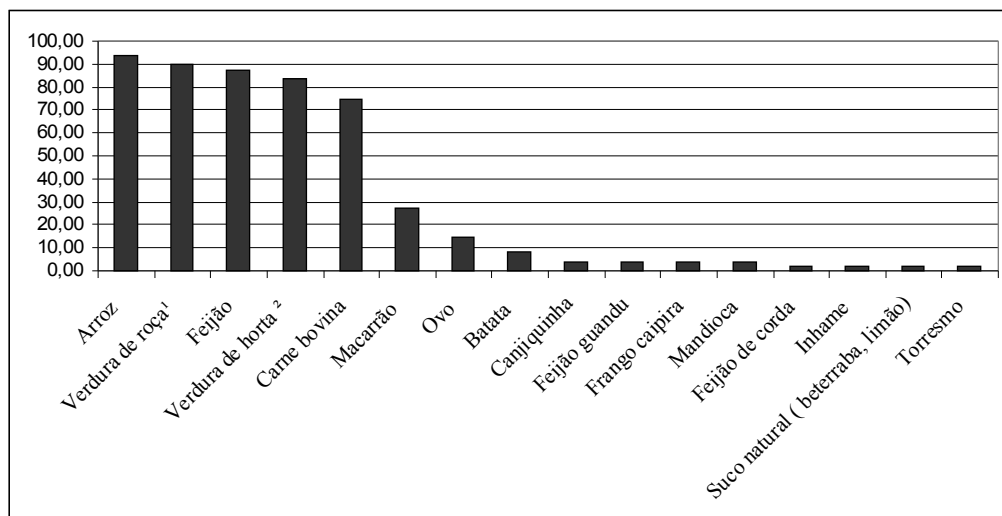
Quadro I Composição da pauta alimentar média de famílias rurais do Alto Jequitinhonha

Refeição	Composição mais freqüente
<i>Tirijum</i> , tira-jejum ou desjejum	Café, leite, pão caseiro, biscoitos, broas, queijo, mandioca cozida, requeijão, ovos.
Almoço	Feijão, arroz, carne, verduras cruas ou cozidas em forma de <i>molho</i> .
Merenda	Café, leite, quitandas, mandioca cozida.
Jantar	Cardápio semelhante ao almoço, mas composto por alimentos mais <i>leves</i> , de fácil digestão

Fonte: Galizoni, 2010.

Dados da mesma pesquisa aparecem na Figura 4, abaixo, mostrando que arroz, feijão e carne estão presentes em mais de 90% dos almoços, acompanhados por outros alimentos igualmente nutritivos. Alimentos da lavoura própria familiar representam parte elevada do consumo, complementados por produtos trocados e comprados, que aparecem em menor proporção na dieta da família.

Figura 4. Frequência de participação de alimentos, em percentual, no almoço de famílias de 6 comunidades rurais do Alto Jequitinhonha



Fonte: Galizoni, 2010.

Então, é possível compreender parte das estratégias de reprodução desses camponeses. A produção agrícola garante alimentação, farta como se viu, com pauta diversificada e soberana. De outro lado, os programas públicos focam a distribuição de benefícios nas mulheres, via Bolsa Família, e nos idosos, via aposentadoria. Mas mulheres e idosos gerem o orçamento doméstico da mesma maneira: privilegiando a alimentação, garantindo a segurança alimentar da família e suas condições de existência. Na medida em que programas públicos alocaram dinheiro em aposentados e mulheres, contribuíram para fortalecer as tradições alimentares e a soberania da dieta familiar. Na região se considera o alimento vindo da lavoura ou beneficiado na indústria doméstica rural mais *forte*, mais *sadio*, mais *limpo*: enfim, mais adequado. A elevação da renda em dinheiro de idosos e mulheres, portanto, fortaleceu sistemas locais de comercialização associados à agricultura familiar, as feiras livres e a produção da indústria doméstica rural.

Os benefícios alocados por programas de governo na agricultura familiar do Médio Jequitinhonha não alteraram, de imediato, a relação perversa entre pequenos produtores e os mercados. Permaneceram restritos a mercados locais e nichos - como artesanato e agroindústria tradicional. Mas, ponderada essa restrição estrutural, eles redesenharam suas estratégias de produção e comercialização porque, além de contar com os incrementos de renda monetária vindos dos programas compensatórios, passaram a dispor de um conjunto complementar e crescente de programas de apoio à produção familiar. Esses programas fizeram mais que oferecer recursos. Eles o fizeram estimulando ao mesmo tempo a produção e o consumo, procurando “fechar” circuitos de pequenos negócios locais. Este é o caso do Programa Leite-pela-vida, gerido pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Idene, com recursos do Programa Fome Zero e Governo de Minas Gerais, que compra de pronañianos para distribuir nas áreas de insegurança alimentar; do Programa de Aquisição de Alimentos, gerido pela Conab/MAPA, que compra a camponeses para distribuir entre organizações sociais da região; do Programa Um Milhão de Cisternas, gerido pela rede de organizações da sociedade civil Articulação do Semiárido, ASA, que descentraliza a oferta de água nas cisternas contratando força de trabalho das próprias localidades. A combinação de incremento de renda monetária, ações locais/territoriais e participação política camponesa deu novo sentido aos programas públicos. Num movimento quase imperceptível, camponeses participando da construção de programas que se tornavam alavancas para consumir, aumentar e melhorar sua produção. Essa década, marcada pela universalização dos programas governamentais, viu surgir um novo dinamismo nos mercados locais.

Na agricultura familiar tradicional é essencial assegurar a reprodução; com esta assegurada, o dinheiro que entra no orçamento doméstico - vindo de vendas, trabalho para terceiros ou programas públicos – e não se consome, é considerado excedente e costuma ser transformado em animais e imóveis, bens *mais parados*, como definem aos bens imobilizados. Assim esses recursos alavancam as condições de produção, contribuem para elevar a renda monetária e, novamente, o consumo e o investimento dessas famílias. Os acréscimos de renda proporcionados pelos programas de governo na região alimentaram a produção e o consumo nos mercados locais, e isso se percebe no crescimento das redes de trocas de produtos agrícolas, no crescimento dos consumidores nas feiras livres e no destino da produção da agroindústria rural.

É preciso atentar que esse movimento não é apenas econômico; tem um forte componente político. Antes do dinamismo dos programas, já existia uma dinâmica camponesa que fortalecia as organizações de base – associações comunitárias, ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais, grupos de trabalho de comercialização. Um dos esforços, talvez o esforço-síntese dessas organizações desde os anos 1990, foi para “construir” mercados, ou seja: encontrar espaços e pontos de venda, aumentar o valor agregado à produção agrícola, inventar novos consumidores. Existem na região notáveis casos de sucesso, como as associações de apicultores, os pólos de excelência em artesanato em argila e na indústria doméstica. Esse esforço para construir mercados foi combinado com a ocupação de espaços políticos de captação de novos projetos, e essa foi uma luta travada no âmbito dos conselhos de desenvolvimento, dos programas territoriais, das secretarias municipais e na criação de sistemas de suporte, como redes de assistência técnica e fundos rotativos de crédito. Esses movimentos devem ser lidos também à luz da emergência política de povos tradicionais, que entre outras causas trouxe à tona a valorização da dieta local, a soberania alimentar e, portanto, na medida em que se sedimentam, estimulam a conquista de pontos de comércio nos mercados locais desses municípios basicamente rurais.

Desses mercados a feiras livres são expoentes. Componentes essenciais na vida desses pequenos municípios, elas apresentam características associadas aos costumes dessas comunidades. Feiras são locais do pequeno comércio, bastante impermeáveis às mudanças econômicas gerais, e não são regulados somente pelas normas que vigoram nos grandes

mercados, mas pautados pela particularidade, pela solidariedade, pela complementariedade, pela informalidade que resultam dessa sedimentação histórica das relações locais.<sup>1</sup>

As feiras do Jequitinhonha respondem por parte importante do abastecimento da população da região, pois na maioria dos municípios não existem estabelecimentos que façam oferta diversificada de alimentos frescos. Assim, é na feira que o consumidor se abastecerá desses produtos; o consumidor rural boa parte das vezes usa da feira também como espaço para trocas. A Tabela 3 mostra a importância dessas feiras: calcula o atendimento da população total do município, considerando o número de consumidores e número de membros de suas famílias em municípios selecionados. Percebe-se que as feiras abastecem entre 16,70 a 44,22% da população total desses municípios.

Tabela 3. Participação total e percentual dos consumidores da feira na população de municípios selecionados

Município	Consumidores presentes na feira	Número de membros das famílias	Total de consumidores atendidos pela feira	População municipal	População atendida (percentual)
Veredinha	336	4,19	1.408	5.541	25,41
Carbonita	719	3,69	2.653	9.452	28,07
Berilo	491	4,36	2.141	12.819	16,70
F. Badaró	607	4,01	2.434	10.357	23,50
Virgem da Lapa	1.544	3,87	5.975	13.513	44,22

Fonte: Ribeiro, 2007.

A Tabela 4, abaixo, apresenta informações sobre os produtos de maior valor agregado pela agricultura familiar da região, os bens da indústria doméstica rural. A segunda linha da Tabela revela a parcela da produção vendida para cooperativas, indústrias, empresas integradoras e governo. Nesses que podem ser denominados produtos tradicionais da indústria doméstica rural (farinha de mandioca, farinha de milho, queijo, requeijão e rapadura),

<sup>1</sup> Polaniy (1980) observava que as feiras da Idade Média europeia conservaram por séculos seu caráter restrito e fechado; as transformações produtivas que integraram a economia da Europa pós-revolução industrial e a grande circulação mercantil passaram ao largo do movimento das feiras, que são facetas específicas, ao mesmo tempo econômicas e culturais, dessas sociedades.

referências em termos de soberania alimentar, os canais de comercialização cooperativos, integrados ou governamentais não chegam a absorver 1% da produção. Por outro lado, os canais mais usuais de destino da produção são: i) o intermediário - que geralmente é o comerciante próximo, o dono da banca no mercado ou *mercadante*, o dono da venda, o parente da família que adquire a produção na localidade para levar até a feira - conforme se pode notar na 3ª. linha; ii) o consumidor direto, e aí se trata principalmente da feira livre, e secundariamente dos processos comunitários de circulação de bens com o agricultor vendendo de porta-em-porta, na 4ª. linha; ou, finalmente, iii) o autoconsumo, que responde por uma parcela importante do consumo desses produtos tradicionais, variando de 2,87%, no caso dos produtos mais comercializados, queijo e requeijão, a 33,61% no caso da farinha de mandioca, o produto mais autoconsumido. Vendidos para intermediários, vendidos diretamente ao consumidor em mercados próximos e circuitos curtos, ou autoconsumidos: essas três possibilidades respondem por quase 100% do destino dos produtos da indústria doméstica rural do Jequitinhonha, revelando que produtos tradicionais têm um destino também “tradicional”.

Tabela 4 Destino da produção de farinha de mandioca, polvilho, rapadura, queijo e requeijão, em percentual, Jequitinhonha, 2006

Produto/ Destino	Farinha de mandioca	Farinha de milho	Queijo e requeijão	Rapadura
Vendido para cooperativas, indústria, integradora ou governo	0,00	0,00	0,65	0,00
Vendido para intermediários	18,93	0,00	35,32	18,98
Venda direta ao consumidor	47,46	82,14	61,16	47,59
Consumido no estabelecimento	33,61	17,86	2,87	33,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

A participação elevada do autoconsumo, de mercados locais e intermediários costuma ser interpretada como um problema na comercialização agrícola. Mas alguns autores relativizam isto - como Herédia (1979) e Afrânio Garcia Jr (1991) –, e indicam que autoconsumo, antes de representar ausência de alternativas, é um componente essencial na



estratégia de reprodução de agricultores familiares. E o vigor com que produtos tradicionais se inserem em mercados tradicionais do Jequitinhonha podem ser interpretados por essa ótica: ele revela que esses lavradores descobriram a possibilidade de sustentar ao mesmo tempo renda monetária e os fundamentos da cultura material aproveitando a maré montante de consumo desencadeada pela elevação do poder de compra vindo com programas públicos. E, de um ponto de vista não-conjuntural, na medida em que consolidam mercados locais e tradicionais, fortalecem nichos onde estão protegidos e se protegerão, se e quando ocorrer um viés de baixa nos programas que na última década sustentaram as rendas monetárias e animaram esses mercados locais.

E então - com terra própria, dinheiro vivo de transferências, produção para autoconsumo e entrada firme em mercados locais – esses lavradores partiram para novas aventuras: melhorar o bem-estar da família e consumir bens duráveis.

As evidências de melhoria do bem-estar e elevação do consumo de bens duráveis na região são, em primeiro lugar, indiretas. A primeira delas é o crescimento das redes de varejo nas pequenas cidades da região. Praticamente todas as cidades de 5 e 10 mil habitantes tem uma loja de eletrodomésticos; a rede de varejo de bens duráveis “Eletrozema” mantém 15 lojas no vale do Jequitinhonha. O modesto povoado de 200 habitantes que é Lufa, distrito do município de Novo Cruzeiro, dispõe de duas lojas de eletrodomésticos. Vendinhas, arraial de 30 casas no município de Capelinha, conta com revenda de computadores e lan house que expõe aos passantes os micro portáteis em oferta no dia. Evidente que, se existe rede de varejo e vendedores, devem existir por ali mesmo os seus consumidores.

Outra evidência, impressionista, é a quantidade de bens duráveis que a população rural tem em casa. Motos, sobretudo, e TV, geladeira, fogão a gás se destacam, principalmente porque essa tendência de consumo é fenômeno muito recente. Contraditoriamente, isso se associa em parte à persistência da migração sazonal de jovens, que foi acentuada com a melhoria da oferta de emprego no setor urbano. Essas migrações, ao mesmo tempo reduzem o gasto com alimentos e a oferta de força de trabalho familiar disponível, pois a família rural fica por um período do ano desonerada da despesa mas também do esforço desses jovens. Obrigada a repor parte da capacidade de trabalho perdida, a família incorpora mais trabalho feminino à lida do sítio, e adquire eletrodomésticos para encurtar a jornada doméstica. Tanquinho, liquidificador, geladeira e fogão a gás têm um significado agrícola preciso na microeconomia desse campesinato afluyente.

Mas existem também evidências diretas. Neste caso elas são comparáveis ao longo do tempo e indicam objetivamente que a qualidade de vida da população rural do Jequitinhonha melhorou. A Tabela 6, abaixo, apresenta dados do Censo Demográfico de 2000 e outros coletados em pesquisa localizada sobre energia elétrica, água e banheiros de população rural de alguns municípios escolhidos por sorteio. Os dados revelam, primeiro, o crescimento em todos os indicadores de bem-estar, que ficam ainda mais realçados quando se considera que os dados de 2000 se referem ao conjunto do município, incluindo a área urbana onde é maior a oferta desses serviços de infra-estrutura que proporcionam bem-estar, e os dados de 2010 se referem exclusivamente a áreas rurais de agricultura familiar. Os dados de 2010 indicam que mais de 90% das famílias rurais pesquisadas dispõem de energia elétrica, mais de 80% delas tem água corrente dentro de casa, e mais de 60% delas tem banheiro dentro de casa. Essa melhoria de qualidade de vida se deve em parte aos programas de universalização da eletrificação rural que deram as condições para aquisição de geladeira, TV e outros eletrodomésticos. Se deve, também aos programas de convívio com o semiárido, que desde começos dos anos 2000 construíram mais de 300 mil caixas de captação de água de chuva. E, também, se deve à elevação da renda monetária que permitiu melhorar as residências e incorporar confortos que não existiam no ano 2000.

Tabela 6. Jequitinhonha, indicadores de bem-estar nos municípios e nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010.

Município	Energia Elétrica (%)		Água em casa (%)		Banheiro dentro da casa (%)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Novo Cruzeiro	57,82	97,73	31,29	71,17	43,46	57,74
Itaobim	88,64	83,32	83,32	83,33	76,08	55,50
Cachoeira do Pajeú	76,91	100,00	54,29	78,25	42,70	60,86
Pedra Azul	79,89	100,00	68,95	81,83	72,78	72,73
Araçuaí	80,00	84,21	61,86	84,21	67,74	47,35
Francisco Badaró	68,13	100,00	68,69	100,00	45,02	80,02
Virgem da Lapa	71,17	95,02	66,16	80,00	69,95	90,00
Jenipapo de Minas	47,64	94,74	50,18	89,42	35,69	63,15
Chapada do Norte	53,36	100,00	40,63	100,00	39,97	68,73

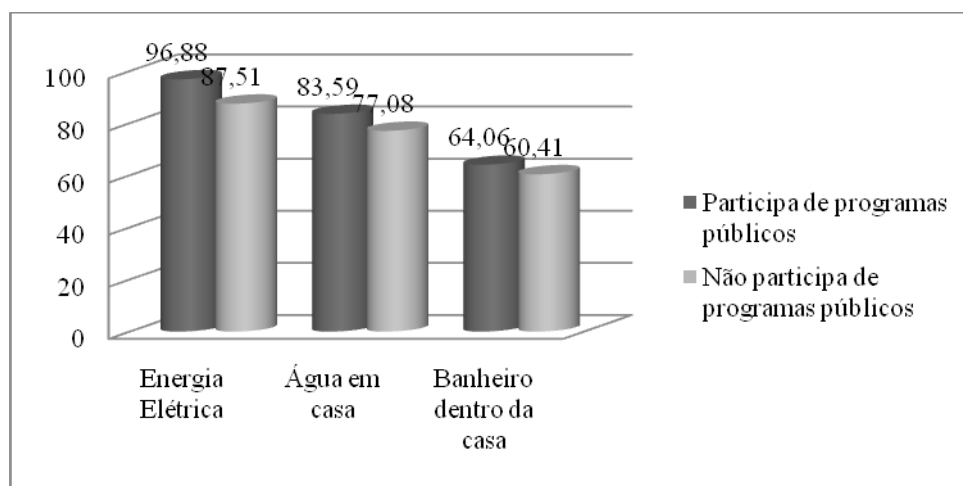
Total	-	94,88	-	81,82	-	63,61

Fonte: Censo Demográfico 2000; Pesquisa de campo / ICV, 2010

Mas ainda um aspecto pode ser ponderado em relação à evolução do bem-estar. A Figura 6, abaixo, apresenta a relação entre os indicadores de bem-estar – energia elétrica, água em casa e banheiro dentro de casa – e a participação da família em programas públicos. Os dados da Figura indicam que aquelas famílias que recebem benefícios e se envolvem em programas comunitários, sindicais, municipais, territoriais, e naqueles conduzidos por ONGs e agências religiosas, dispõem de melhores condições de bem-estar, com maior acesso a esses recursos que famílias rurais que não participam desses programas.

Figura 6

Médio Jequitinhonha, participação em programas públicos e condições de bem-estar nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010.

A Tabela 7, abaixo, apresenta informações sobre o acesso a bens de consumo duráveis pela população rural pesquisada no Jequitinhonha. Os dados da Tabela apontam para uma disseminação quase que generalizada de eletrodomésticos, fogão a gás e geladeira, presentes em aproximadamente 80% dos domicílios rurais. Telefone, geralmente telefone móvel, apresenta disseminação desigual: atende mais de 90% dos pesquisados em Pedra Azul e menos de 5% em Novo Cruzeiro. Essa desigualdade de distribuição certamente se deve mais à ausência de sinal telefônico nessas áreas onde o consumo é mais reduzido que propriamente

às dificuldades para aquisição. Automóveis, bens duráveis por excelência, estão presentes em aproximadamente 15% das famílias e motocicletas – bens de consumo especialmente prezados por agricultores familiares – aparecem em quase 50% dos domicílios, chegando a 80% deles em alguns municípios.

Tabela 7. Jequitinhonha, indicadores de consumo de bens duráveis nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Fogão a gás (%)	Geladeira (%)	Telefone (%)	Automóvel (%)	Motocicleta (%)
Novo Cruzeiro	82,20	75,50	4,40	15,50	55,50
Itaobim	83,30	66,60	66,60	16,60	44,40
Cachoeira do Pajeú	82,60	82,90	30,40	21,70	8,60
Pedra Azul	72,70	90,90	90,90	27,20	27,20
Araçuaí	94,70	57,80	52,60	0,00	26,30
Francisco Badaró	80,00	80,00	0,00	0,00	40,00
Virgem da Lapa	100,00	95,00	15,00	15,00	80,00
Jenipapo de Minas	94,70	78,90	21,00	10,50	47,30
Chapada do Norte	87,50	87,50	6,20	18,70	56,20
Total	86,9	78,40	27,80	14,70	44,80

Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010

Os dados apresentados até aqui revelam melhoria de bem-estar e consumo de bens duráveis pela população rural da região. No entanto, os indicadores de mecanização associados à produção agrícola ficam muito aquém daquelas médias. Os dados da Tabela 8, abaixo, mostram que motores elétricos e picadeiras de ração, equipamentos importantes para reduzir a penosidade do trabalho e aumentar sua produtividade, na média não alcançam 10% das unidades familiares. Esse resultado indica que os agricultores permanecem fiéis aos sistemas produtivos tradicionais: manejos costumeiros da terra e dos recursos naturais, usando técnicas como o pousio, a rotação de cultivos e o baixo consumo de insumos externos, concentrando a lavoura, de forma coerente, na produção de *mantimentos* e com dispêndio quase nenhum de dinheiro. Por fim, observe-se que o percentual de equipamentos agrícolas revelados pelos dados da Tabela 8 é bastante próximo do percentual indicado na Figura 3 de

agricultores que beneficiam a produção, em torno de 10%, pois a intensificação da produção e a busca por produtividade se associam a esses agricultores que agregam valor à produção.

Tabela 8 Jequitinhonha: propriedade de equipamentos agrícolas nas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Picadeira (%)	Motor Elétrico (%)
Novo Cruzeiro	15,50	6,60
Itaobim	5,50	5,50
Cachoeira do Pajeú	0,00	0,00
Pedra Azul	45,40	36,30
Araçuaí	5,20	15,70
Francisco Badaró	0,00	0,00
Virgem da Lapa	15,00	0,00
Jenipapo de Minas	0,00	0,00
Chapada do Norte	12,50	0,00
Total	10,70	6,20

Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010

O último ponto que deve ser comentado aqui é a habilidade que essa população rural desenvolveu para conseguir programas, utilizar recursos públicos e investi-los no município. De novo é importante ponderar que houve crescimento na participação, mas também grandes mudanças nos métodos de ação estatal. O Estado criou programas de gestão compartilhada ou social, com participação de agricultores familiares na condução, abrangendo temas como desenvolvimento rural, agroindustrialização, saúde da família e segurança alimentar. Esses programas criaram um caldo de cultura para participação da população que, com diferenças regionais e localizadas, permitiram aprimorar métodos. Alguns desses programas públicos – caso do Leite-pela-Vida, por exemplo - incorporaram a metodologia de atuação das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica, o que em parte explica a participação, principalmente nos municípios rurais.

A Tabela 9, abaixo, mostra os percentuais de participação ou não em programas públicos que existem no município. Esses programas abrangem temas como saúde, educação, abastecimento de água, crédito rural, distribuição de sementes, além de muitos outros temas

específicos. São, igualmente, programas federais, estaduais, municipais – estes em menor quantidade – além daqueles conduzidos por ONGs e agências religiosas. Percebe-se, como característica comum a todos eles dois aspectos. Um, o fato de serem programas em parceria, tanto das instâncias federativas entre si, quanto na sua relação com a sociedade civil; este é o aspecto positivo. Outro, o fato de serem programas com “donos”, quer dizer, as agências que os lideram insistem em mantê-los como “marcas” próprias, mesmo quando existem programas coincidentes, consolidados e até bem-sucedidos na mesma área e tema de atuação; esta é uma nota triste da história. É preciso esclarecer que certamente o Governo Federal, mais que as outras instâncias da Federação, costuma reproduzir programas. Apesar do esforço inteligente para solucionar o problema que foi a criação do programa “Território da Cidadania”, seus esforços ainda são muito incipientes para conseguir enfeixar as coincidências e gerar verdadeiras sinergias no Jequitinhonha.

Tabela 9. Jequitinhonha, participação das famílias rurais pesquisadas em programas públicos em municípios selecionados, em percentual, 2010

Município	Sim (%)	Não (%)
Novo Cruzeiro	77,70	22,20
Itaobim	44,40	55,50
Cachoeira do Pajeú	56,50	39,10
Pedra Azul	63,60	36,30
Araçuaí	78,90	21,00
Francisco Badaró	100,00	0,00
Virgem da Lapa	85,00	15,00
Jenipapo de Minas	78,90	21,00
Chapada do Norte	81,20	18,70
Total	72,70	26,70

Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010

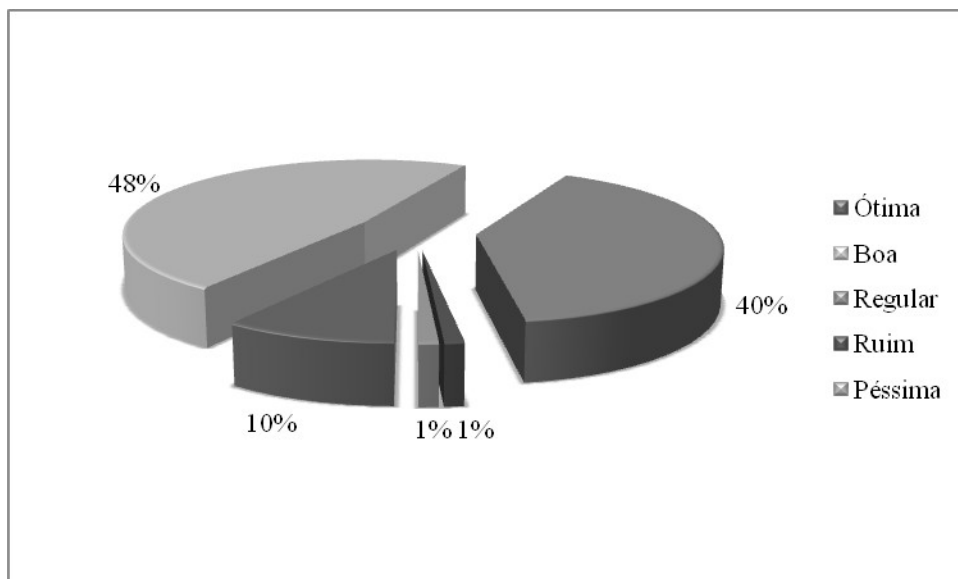
De outro lado, se percebe também que a persistência dos costumes locais – com o fortalecimento das comunidades e das práticas costumeiras - assegura redes adicionais de proteção para o grupo familiar. Os costumes garantem a redistribuição dos bens tradicionais, e o principal deles é o acesso à terra. E esses grupos, associações e comunidades camponesas

têm desenvolvido uma grande habilidade para dialogar e “capturar” programas públicos, de atrair benefícios para as suas localidades e transformar programas e recursos em ganhos muito objetivos. Essa aliança entre o costume e a ação pública é uma das alavancas da melhoria das condições de vida dessa população rural – neste aspecto muito mais articulada que as populações urbanas da região - e contribui para o sucesso de programas como o Um Milhão de Cisternas no abastecimento e as Escolas Famílias Agrícolas na educação rural contextualizada.

Difícil, nesta escala quase microscópica, é avaliar o impacto dos programas de crédito, assistência técnica, mecanização e compra direta. O que se percebe é que provocam, se não melhoria da produção e das condições de produção, pelo menos propiciam um cenário muito fértil para debater os destinos da região, a capacidade produtiva da agricultura familiar e sua própria capacidade de reprodução material.

Por fim, e contemplando diretamente um assunto que freqüentemente se associa ao Jequitinhonha, a pesquisa com famílias rurais abordou o tema da segurança alimentar. Foi pedido ao/a entrevistado/a uma avaliação das suas condições de alimentação, apreciando os alimentos que a família consome regularmente e sua qualidade. A Figura 7, abaixo, revela que 88,00% dos entrevistados consideram as suas condições de alimentação entre ótimas e boas; 10,00% dos entrevistados consideram essas condições como regulares, e apenas 2,00% consideram essas condições como ruins ou péssimas. Esses dados em separado certamente seriam pouco expressivos. No entanto, referidos ao quadro de transformações ocorridas na região e apresentado nas páginas anteriores, certamente revelam os avanços que ocorreram na melhoria de condições de vida, acesso a bens de consumo e garantia de segurança alimentar para a população rural do Jequitinhonha.

Figura 7 Jequitinhonha: avaliação das condições de alimentação e nutrição pelas famílias rurais pesquisadas em municípios selecionados, em percentual, 2010



Fonte: Pesquisa de campo / ICV, 2010.

## 7. Análise integradora de indicadores e contexto

O Território do Médio Jequitinhonha reúne em torno de 20 municípios e, praticamente, coincide com as outras duas denominações territoriais (Consad e Território da Cidadania), que reúnem aproximadamente o mesmo número de municípios. Existem pendências em relação a Chapada do Norte, Águas Vermelhas e Angelândia, que tem manifestado interesse em migrar para outros Territórios Rurais e raramente - ou nunca, que esta equipe tenha visto – participam de reuniões.

A trajetória de conjunto do Território Médio Jequitinhonha apresentou alguns problemas conjunturais e estruturais que comprometeram e comprometem bastante sua consolidação. Ao longo do tempo de acompanhamento da dinâmica de reuniões foi possível perceber algumas dessas dificuldades.

Em primeiro lugar, pondera-se que a ação do Território foi, de certo modo, reduzida nos anos 2004/2006 pela atuação mais agressiva desenvolvida pela Comissão Regional de Segurança Alimentar do Alto e Médio Jequitinhonha, CRSAN. A CRSAN recebia recursos anuais do governo de Minas Gerais, e assim organizou um grupo de trabalho que se revelou eficiente, com participação ampla de agências públicas e da sociedade civil, e efetivamente conseguiu distribuir recursos para apoio de grupos que viviam em situação de insegurança alimentar e risco social com um mínimo de contratempo e burocracia, responsabilizando, ademais, os próprios formuladores de projetos com a iniciativa. Ademais, grande parte desse



público era de origem rural. As organizações da sociedade que foram engajadas na construção do Território, em vista da ação mais animada e da existência de debates e recursos, migraram para atuar no CRSAN.

Apesar disso, a atuação do MDA com o Programa Territorial, compreendendo a mesma base sociopolítica e espacial, conseguiu apresentar continuidade e envolver de forma persistente embora descontínua aquele mesmo público. Entre 2004 e 2011 as reuniões territoriais mantiveram uma razoável sequência, os debates sobre liberação de recursos e planejamento apresentaram resultados, e embora alguns dos resultados fossem magros, eram significativos naquele contexto.

Essa espécie de competição entre agências públicas, ao mesmo tempo enfraqueceu o Território Rural e permitiu que sua orientação fosse ficando cada vez mais restrita em termos de área e temas, caminhando para reduzir sua ação a parcelar bens materiais entre municípios participantes. Os agentes e organizações que participam do Fórum Territorial raramente indicam iniciativas ou programas conduzidos pelo Território; ao contrário, consideram-no como ação que consome forças para alcançar pouco ou nenhum resultado.

Por volta de 2006 os recursos para a CRSAN foram minguando, a Emater/MG e o IDENE, órgãos públicos, assumiram em parte a liderança dos programas compensatórios voltados para a população que vivia no Território em situação de risco alimentar ou social. Isso por um lado criou condições para que a política explicitamente personalizada na Emater/MG e Idene/MG ocupassem espaços nos programas sociais. Por outro impediu a sedimentação de programas públicos de mais largo alcance e participação mais ampla.

E há um aspecto que certamente apresenta a maior relevância: a objetiva redução da pobreza e da desigualdade no Brasil em geral e no Território em particular, como resultado do conjunto de programas instituídos pelos governos federal, estadual e até de algumas prefeituras. Essa redução da vulnerabilidade social se manifesta na elevação do padrão de consumo da população mais pobre, incluindo o consumo de bens como eletrodomésticos, motocicletas e automóveis. Neste cenário a atuação das agências no Território certamente precisam ser repensadas, e o conjunto das ações a serem intentadas precisam ser concebidas a partir deste novo cenário.

Desde os anos 1970 há uma certa quantidade de programas públicos no Jequitinhonha. Mas há também uma razoável experiência dos movimentos sociais organizados da região, que

começaram a expandir principalmente a partir das ações de Igreja Católica. As dioceses de Araçuaí e Teófilo Otoni, que cobrem a área da maioria do Território Rural, foram pioneiras na prática da Teologia da Libertação, na animação pastoral e formação de quadros do que viria a se transformar depois em movimentos sociais. Essa animação de bases populares frutificou em três tipos de organização. Primeiro nos sindicatos de trabalhadores rurais, que na região raramente representam trabalhadores assalariados, e sim agricultores familiares e suas demandas. Outras são as organizações propriamente religiosas: pastorais, paróquias, agências religiosas. Um terceiro tipo, representando mais a sociedade civil ou interesses localizados, são as ongs, que expressam geralmente interesses ou segmentações de interesses de sindicatos de trabalhadores rurais ou de igreja. Essas expressões da sociedade civil da região tendem a ter uma mesma origem de formação, a mesma base social e a atuar em rede.

O que talvez certamente é singular à região é que várias dessas experiências de base religiosa, sindical e política se transferiram para as instâncias municipais, e criaram em muitas prefeituras espaços de debate de políticas públicas razoavelmente sintonizados com as demandas sociais e, ao mesmo tempo, acoplados às temáticas políticas e educativas.

Evidentemente isso não se manifesta em todos os municípios, nem em todos os espaços do diálogo: os embates políticos locais tendem a ser mais tensos na região de grandes fazendas do baixo e médio Jequitinhonha e em parte da região influenciada pelo vale do Mucuri. Assim, do ponto de vista da participação e da criação de iniciativas locais/regionais consistentes, neste Território confrontam-se dois tipos diversos de experiências. Na região mais marcada pela presença da agricultura familiar e pequena propriedade há uma participação mais ativa e organizada da sociedade; na área sob influência do Mucuri as iniciativas tendem a ser mais limitadas.

Dessa forma, municípios como Comercinho, Medina, Araçuaí, Pedra Azul e Cachoeira do Pajéu - onde é maior a presença da agricultura familiar, e onde foi ou é mais forte a luta por terra e reforma agrária mesmo num cenário dominado politicamente pela grande fazenda - a participação é maior e mais politizada. Nos municípios da “mata”, como Padre Paraíso e Novo Cruzeiro essa presença é bem mais tímida.

Foi essa interface entre movimentos sociais e instâncias do poder público que gerou uma participação qualitativamente forte das representações ou das agências relacionadas aos agricultores familiares da região. Assim, os espaços políticos territoriais conseguiram abrigar

um número relativamente elevado destas instâncias no momento da sua constituição: sindicatos de trabalhadores rurais tiveram presença e voz ativa nos debates, as ongs e agências religiosas participam plenamente, os legislativos municipais alternam presença, mesmo quando as prefeituras fecham espaços de participação.

Mas, como já foi informado, um problema deste Território é a superposição de projetos públicos. As ações concomitantes, a demanda por extensas negociações em cada uma delas, a ausência de efetividade de quase todas as ações, leva ao Território um certo desestímulo. Conduz agências privadas e públicas a economizar esforços com esta iniciativa que, do seu ponto de vista, é considerada mais uma ação perdida, com o mesmo receituário das outras e as mesmas dificuldades reprisadas. Essa avaliação persiste o tempo todo; exceto nos momentos em que existe recurso para ser distribuído. Na região conviveram o Programa Mesoavales, do Ministério da Integração Nacional, programas do Idene do governo estadual, programa de desenvolvimento rural do Banco do Brasil. Todos esses programas eram fundamentados na mesma metodologia de participação – grandes plenárias, longas negociações, custeio de deslocamento pelos próprios interessados, responsabilização da sociedade civil.

Nas plenárias territoriais observam-se, então, dois problemas de participação. De um lado, participa número regular e reduzido de municípios, com pequena variação e diversificação. Alguns municípios aparecem raramente, somente naquelas épocas em que circula informação que vai haver distribuição de recursos para adquirir máquinas. E, até, já se observou a representação de um município lamentar e se considerar discriminada por ir às plenárias e não receber recursos ou máquinas. De outro lado, participam sempre agências do mesmo perfil: um núcleo duro formado por sindicatos de trabalhadores rurais, alguns técnicos persistentes da Emater/MG, e a representação de alguns órgãos públicos. A presença de prefeituras, parlamentares e secretarias municipais ou é irregular ou fica mais restrita às ocasiões em que ocorre distribuição de recurso.

Observa-se então uma grande contradição entre a presença expressiva da agricultura familiar organizada, entre uma população majoritariamente rural, entre um “destino” marcadamente rural e a insuficiência da capacidade de organizar-se, expressar-se, gerir e construir inovações no Território. Essa dificuldade pode estar relacionada às dificuldades para consolidar identidade. De fato, a área coberta pelo Território do Médio Jequitinhonha compreende um mix de culturas muito diversas. De um lado estão municípios marcadamente

ligados à agricultura familiar, como Chapada do Norte, Francisco Badaró e Berilo, com ligações muito fortes com as raízes mineradoras do século XVIII no Alto Jequitinhonha. De outro lado existem municípios com laços fortes com o vale do Mucuri e a “mata”, identificados com outra matriz cultural e produtiva, e neste caso se enquadram os municípios de Padre Paraíso e Novo Cruzeiro, principalmente. Ainda, de outro lado, estão municípios com uma raiz “baiana”, uma forte identidade com a grande fazenda de gado e relações econômicas e culturais polarizadas por Vitória da Conquista, como Pedra Azul, Cachoeira do Pajeú e talvez Medina. E existe a grande calha do rio Jequitinhonha, que se baseia no complexo latifúndio/minifúndio, com forte dedicação ao rural e à produção tradicional como é o caso de Araçuaí, Coronel Murta, Itinga.

Neste cenário, os municípios de sentem agrilhoados ao Território, sem o sentido de pertencimento e identidade comum, que acabou por ser instaurada de fora, a partir da determinação e do esforço do MDA para que se organizasse ali um Território. Mas funciona? Funcionaria? Funcionará? Ao que parece, não só as bases da unidade são bastante limitadas como é reduzido o próprio ânimo dos sujeitos sociais para se esforçar para construir algo em comum, como um Território.

Diante disso, há que se perguntar o que confere a unidade que forma o “núcleo duro” do Território do Médio Jequitinhonha. A resposta, nos parece, está em dois pontos.

Primeiro, no Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha, Itavale, organização de origem sindical e associativa da agricultura familiar que congrega boa parte dos sindicatos de trabalhadores rurais do Território. O Itavale conduz as reuniões, organiza e estimula a participação sindical, lidera o debate dos temas propostos pelo MDA, e se esforça para suprir as demandas que vem de Brasília. Essa atitude tem como resultado a sustentação das ações que garantem a existência formal do Território: reuniões acontecem, há atualização de correspondência, está presente a representação física; esse aspecto é positivo. Mas, por outro lado, a liderança de organização de base sindical cria certo incômodo para as organizações do setor público, que ao mesmo tempo não assumem a direção das atividades, mas nos bastidores se revelam insatisfeitas pela posição secundária que ocupam nos debates do Território.

Segundo, na distribuição de maquinário por meio do programa territorial. É isso que leva as prefeituras e secretarias a participar de reuniões, e vão nelas com este objetivo

específico. Em julho de 2011 assistiu-se à ponderação de um município, que afirmava que estava aparecendo na plenária porque ainda não fora contemplado com trator; vinha ali porque queria ter também esse direito, e se não fosse contemplado, voltaria a se afastar do Território, porque compensava mais apresentar seus pleitos via emenda parlamentar, onde não se precisava sujeitar a tanto papelório e palavrório como no Território. Para o mal ou para o bem, é essa demanda rasteira por maquinário que empolga alguns municípios, talvez a maioria deles, a participar do Território.

Neste momento e diante deste quadro é difícil para a Célula insistir no debate sobre gestão social, democracia e participação. Muitos dos atores políticos criaram um caldo de cultura em que identificam o Território com as vantagens materiais; a própria delegacia estadual do MDA acaba sendo levada a enfatizar os “pleitos” e colocar destaque em eventos territoriais exatamente na distribuição das máquinas adquiridas para o Território. O movimento sindical dos trabalhadores rurais, em geral, avalia que essa situação não é de forma nenhuma a mais conveniente; mas pondera que, diante do cenário de compromisso já estabelecido, os sindicatos devem pelo menos assegurar que os recursos venham para o município: já que não podem ir para o coletivo do Território - porque os municípios não partilham os bens materiais que são alocados no seu pátio de máquinas -, que beneficiem pelo menos os agricultores nos seus próprios municípios. Evidente que os sindicatos não consideram essa atitude como a mais correta; mas a consideram a atitude possível.

Outro capítulo de reflexões deve ser feito sobre a participação de atores diversos no fórum territorial. Há escassa ou nula participação de quilombolas e de indígenas, muito embora existam pelo menos 3 etnias indígenas e 22 quilombos no Território. Na área rural, nas fazendas, existem ainda agregados, moradores de fazendas não assalariados, remanescentes dos antigos costumes de partilhar terra de plantio e submeter trabalhadores ao mando do patrão. Esses agregados, que chegaram a aparecer como entrevistados na pesquisa de condições de vida, estão entre os segmentos mais desprovidos de renda, direitos e perspectiva de melhoria de vida no Médio Jequitinhonha.

Mas aí também há problemas, pois indígenas e quilombolas, não dispõem de forma organizada de participação. Tampouco o Território conseguiu criar mecanismos que contribuam para sua inserção. Dessa maneira, a temática do fórum territorial se atém ao aspecto produtivo, e ao produtivo abordado na perspectiva limitada de equipamento material para uso das prefeituras.

Em resumo, o principal problema que se pode observar no Território do Médio Jequitinhonha é a ausência de projetos próprios que vão além da pauta mínima dos recursos alocados pelo MDA. Numa sociedade rica de contradições e possibilidades, a ação territorial poderia esmiuçar novas atividades, repensar práticas e propor inovações. E o que impede isso não é falta de base social organizada, de representação orgânica da agricultura familiar ou de estrutura material. Tudo isso existe, senão em abundância pelo menos em nível suficiente. Há falta de acordo, de consenso, de identidade. Isso não quer dizer também que haja dissenso; não: o clima das reuniões é muito bom, acontece como atividade muito cordata. Mas falta sobretudo possibilidade de construir um acordo político que supere a ambição da vantagem imediata e indique um horizonte mais largo e certamente mais próspero.

## **8. Propostas e ações para o Território**

As propostas de atividades de futuro acordadas entre a Célula da UFMG e o Território do Médio Jequitinhonha são pautadas pelas coordenadas determinadas pelo grupo dirigente formado com participação de representantes do Fórum Territorial. Estas coordenadas incluem atividades de formação, assessoria e pesquisas específicas.

Para o próximo período, as atividades previstas estão listadas abaixo.

- Organizar dias de campo sobre pecuária leiteira para a agricultura familiar de 3 municípios selecionados, a ser executada pela Escola de Veterinária da UFMG;
- Levantamento sobre programas de disponibilização e conservação de águas no Território;
- Promoção de capacitação para os membros do Fórum Territorial;
- Organização da participação de populações indígenas no Fórum Territorial;
- Organização da participação dos grupos quilombolas do Território no Fórum Territorial;
- Levantamento sobre a situação da pecuária no Território;
- Organização de troca de experiências sobre mercados institucionais para a agricultura familiar do Território.
- Realização de estudos sobre as condições de comercialização da agricultura familiar no Território.

## **Bibliografia citada**

BERQUÓ, E. e BAENINGER, R. Os idosos no Brasil: considerações demográficas. Campinas. Textos NEPO 37, outubro 2000.

CELSO, A. Oito anos de parlamento. Poder pessoal de D. Pedro II. Brasília, Editora da UNB, 1981.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice mineiro de responsabilidade social. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 2010.

GALIZONI, F.M. A terra construída. Fortaleza, Etene/BNB, 2008.

GALIZONI, F.M. e outros. Hierarquias de uso da água nas estratégias de convívio com o semiárido em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. Revista Econômica do Nordeste. Volume 39, no.1, jan/mar 2008.

GALIZONI, F.M. (coord.) Relatório CNPq / Água e produção de alimentos em comunidades rurais das subbacias dos rios Itamarandiba e Fanado, Alto Jequitinhonha. Relatório de Pesquisa processo 552307/2007-6, Montes Claros, 2010.

GARCIA JÚNIOR, A.R.. O sul, caminho do roçado. São Paulo, Marco Zero, 1991.

HEREDIA, B.A. A morada da vida. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE. Censo Demográfico, 2000.

IBGE. Censo Agropecuário, 2006.

INCRA/FAO. Banco de dados da agricultura familiar: projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, DF, 2000. Disponível em: SADE <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2007.

MAIA, E.S. Impressões de viagem de Belmonte a Araçuaí. 2ª edição, Taubaté, 1936.

POLANIY, K. A grande transformação. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

RIBEIRO, E.M. Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais. Fortaleza, Etene/BNB, 2007.

RIBEIRO, J.T.L. e CARVALHO, J.A.M. de. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com enfoque na migração de retorno. Revista Brasileira de Estudos de População. V. 16 - n. 1/2 - jan/dez. 1999.

WONG, L.L.R. & CARVALHO, J.A.M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. Revista Brasileira de Estudos da População. Vol 23, número 1, 2006.

WONG, L.R. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade. Belo Horizonte, CEDEPLAR/ABEP, 2001.